



“LENTIDÃO”, TERRITÓRIO E BEM-ESTAR: O MOVIMENTO DA CIDADE LENTA E A SUSTENTABILIDADE DO LUGAR

Rubens Moreira Rodrigues de Carvalho¹

RESUMO

O processo de urbanização vem contribuindo para que as cidades cresçam em ritmo acelerado, sem um planejamento adequado às finalidades sociais e de modo desigual. Esse tipo de crescimento, por sua vez, afeta a qualidade de vida da população e o meio ambiente, tornando os sistemas urbanos pouco eficientes. Para viabilizar interesses capitalistas, cidades, produtos e valores humanos foram transformados em mercadorias. Com isso, conceitos como sustentabilidade e bem-estar passaram a ser incorporados aos processos de empresariamento do solo urbano, justificando e incentivando o consumo de lugar. Os hábitos sociais do meio urbano, cada vez mais concentrados no “ter”, também ajudam a denunciar as incoerências do atual modelo de desenvolvimento econômico, que se pauta na exploração irresponsável e ilimitada de pessoas e recursos naturais. Nesse trabalho, vamos expor iniciativas que buscam meios de fazer da cidade um lugar melhor para se viver. São iniciativas que almejam afirmar modos de vida alternativos, mais focados na sustentabilidade do meio urbano e no bem-estar social. Para isso, não se prendem somente nas tecnologias ecoeficientes e apontam, como diferencial, a importância da cultura local na construção de cidades sustentáveis.

PALAVRAS-CHAVE: Sustentabilidade. Bem-estar social. Cidade Lenta (Cittaslow).

"SLOWNESS", TERRITORY AND WELFARE: THE SLOW CITY MOVEMENT AND THE SUSTAINABLE PLACE

ABSTRACT

With the process of urbanization, the cities are growing rapidly, creating an urban area with a high degree of spatial fragmentation and social segregation. This growth also affects the quality of life, the natural environment and the urban systems. In the capitalist world, cities and all human products were transformed into commodities. Thus, sustainability and welfare (like many other human concepts) are used to promote the commercialization of urban land. To sustain the consumerism and the demands of consumer society, it is necessary to exploit people and natural resources in an irresponsible and unlimited mode. In this paper, we will discuss interventions that seek to establish alternatives to a sustainable urban development. To make a city a better place to live, with sustainability and welfare,

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF), Aluno de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF). Email: rubens.mrc@hotmail.com



we need to see beyond the obvious answers – as the simple introduction of eco-efficient technologies – and look more closely at the local culture.

KEY-WORDS: Sustainability. Welfare state. Slow City (Cittaslow).

"LENTITUD", TERRITORIO Y BIENESTAR: EL MOVIMIENTO DE LA CIUDAD LENTA Y LA SOSTENIBILIDAD DEL LUGAR

RESUMEN

Con el proceso de urbanización, las ciudades crecen rápidamente, creando una zona urbana con un alto grado de fragmentación espacial y social. Este crecimiento afecta también la calidad de vida, el medio ambiente y los sistemas urbanos. Como los intereses capitalistas subvierten todos los productos y los conceptos humanos en mercancía, la sostenibilidad y el bienestar comenzaron a ser utilizados para fomentar y justificar el consumo de lugar. Para sostener el consumismo y las exigencias de la sociedad del consumo, es necesario explotar irresponsablemente personas y recursos naturales. En esta ponencia, vamos a discutir las intervenciones que tratan de alternativas para un desarrollo urbano sostenible. Para que la ciudad sea un mejor lugar para vivir, con sostenibilidad y bienestar social, tenemos que ver más allá de las respuestas obvias - como la simple introducción de tecnologías eco-eficientes - y mirar más de cerca a la cultura local.

PALABRAS-CLAVE: Sostenibilidad. Bienestar social. Ciudad Lenta (Cittaslow).

1. OS EFEITOS DA URBANIZAÇÃO

[...] a civilização atual é um automóvel gigantesco a se mover numa estrada de mão única, a uma velocidade cada vez maior. Infelizmente, tal como está construído agora, faltam ao carro tanto o volante quanto os freios. E a única forma de controle que o motorista exerce consiste em fazê-lo andar mais depressa, embora, fascinado pela própria máquina e convencido de que deve atingir a maior velocidade possível, ele tenha esquecido por completo o objetivo da viagem. Esse estado de desamparada submissão aos mecanismos econômicos e tecnológicos que o homem moderno criou é estranhamente disfarçado de progresso, liberdade e domínio da natureza pelo homem. Em consequência, tudo o que é permitido passou a ser compulsão mórbida. O homem moderno dominou todas as criaturas acima do nível dos vírus e bactérias – exceto o próprio homem (MUMFORD, 1982, p. 602).

Estamos diante de uma possível metropolização universal, com a riqueza e as pessoas concentradas em polos limitados e em áreas cada vez mais conurbadas. Pesquisas apontam que, atualmente, mais da metade da população mundial reside



em áreas urbanas. No Brasil, por exemplo, o grau de urbanização alcançou a marca de 84%, segundo dados do IBGE (2010). Projeções indicam ainda que, nas três próximas décadas, o planeta deverá passar pelo maior e mais rápido processo de urbanização da história humana, com reflexos negativos, sobretudo, para os países de economia emergente (HERZOG, 2013).

Devemos considerar também que a cidade, para o ideário social, representa um espaço de oportunidades, com mais possibilidades de oferecer conforto à vida da população – garantindo sustento econômico, serviços e infraestrutura adequada e opções de lazer e entretenimento – do que no campo. As pessoas migram para as zonas urbanas, portanto, com a esperança de encontrar nas cidades as supostas condições de emprego e moradia que desejam. Mas a realidade que encontram, no entanto, não costuma ser condizente com a imagem idealizada, pois as intervenções que mais poderiam contribuir para a qualificação da ambiência urbana² acabam não sendo voltadas para todas as cidades ou para toda a cidade.

O iminente crescimento urbano (territorial e populacional) e a acentuação da crise ambiental, que denuncia a degradação irresponsável dos recursos naturais e abala relações políticas e econômicas globais, impõem para o século XXI o desafio de evitar o colapso dos sistemas que sustentam a civilização humana. Para vencer essa disputa, no entanto, será preciso priorizar soluções que permitam conciliar – com justiça, respeito e eficiência – as pessoas, a natureza e as demandas do meio urbano e do desenvolvimento econômico. Quando os processos e as estruturas que dão forma, função e sentido ao urbano puderem ser ordenadas segundo princípios éticos e sustentáveis, poderemos encaminhar, com maior coerência, as intervenções sobre o território, as dinâmicas sociais e as necessárias quebras de paradigma.

Como o território urbano tem sido organizado praticamente em função dos interesses econômicos, as cidades passaram a reproduzir, a consolidar e a acentuar uma série de conflitos e tensões socioambientais. São problemas inerentes à lógica econômica vigente, que comprometem a eficiência dos serviços e da infraestrutura urbana, afetam a qualidade de vida da população e caracterizam as cidades como

² Podem ser considerados exemplos de intervenções capazes de melhorar a ambiência e o ambiente urbano: a oferta de moradias dignas e saudáveis para todos, a preservação e a coerência no manejo dos recursos naturais, a eficiência e a disponibilidade da infraestrutura oficial, a mobilidade urbana adequada e a distribuição ordenada dos postos de trabalho, dentre outros.



modelos insustentáveis sobre inúmeros aspectos. Nesse contexto, as pessoas e os recursos naturais são explorados sem qualquer restrição e, como consequência, o espaço urbano passa a ter baixa qualidade social e ambiental, consumindo grandes quantidades de energia e matéria, gerando equivalentes quantidades de resíduos e poluentes e dificultando a preservação das áreas verdes e a integração do homem com a natureza (HERZOG; ROSA, 2010).

Podemos dizer, portanto, que, para atender aos interesses capitalistas, as cidades foram transformadas em mercadorias e hoje, com o incentivo e a conivência de políticas públicas, priorizam somente as ações de reprodução e acumulação do capital. Nesse contexto, conceitos como sustentabilidade e bem-estar, por exemplo, são utilizados para favorecer o empresariamento do solo urbano, agregando valor econômico aos espaços, justificando o consumo de lugar e permitindo a ocupação e a comercialização de áreas com relevante interesse ambiental. Aspectos que, sobre outras apropriações, deveriam apenas qualificar a ambiência urbana, com a lógica capitalista, ajudam a produzir cidades territorialmente segmentadas e socialmente desiguais.

Auxiliado pela globalização, que vem tentando consolidar a estandardização das culturas globais, o capitalismo fez da cidade um lugar de consumo e do modo de vida urbano uma cultura pautada na prática do consumo. Segundo Lipovetsky (2007, p. 109), vivemos em uma era em que todas as esferas da vida social e individual se encontram, de alguma forma, reorganizadas segundo a ordem consumista. Sobre essa conjuntura, as cidades funcionam como economias de serviços avançados e tudo aquilo que as compõe, seja material ou imaterial, adquire potencial para ser transformado em mercadoria. Para Acselrad (2013, p. 237), a cidade se tornou “o lugar preferencial da realização do consumismo de bens. Mas também, vale dizer – com o advento do urbanismo competitivo – é o lugar do consumismo de lugares”.

Lotufo (2011) afirma também que o atual modelo de valor, muito baseado num consumo irresponsável, tem como medida de riqueza apenas a aquisição de bens. O que contribui para que a heterogeneidade dos valores individuais possa ser subvertida pela lógica capitalista, dando lugar à homogeneidade do consumismo e dos desejos coletivos. Para Lipovetsky (2007, p. 111), esta seria, inclusive, uma das maiores consequências da globalização, pois quando as resistências culturais caem



e as culturas locais deixam de estabelecer limites ao gosto pela novidade, o caminho se abre para o hiperconsumismo³.

Nas cidades estruturadas sobre a ótica do consumo há pouco espaço para propostas que promovam a ecologia urbana, a recuperação dos recursos naturais e a sustentabilidade do meio urbano. Nesse tipo de cidade, o que realmente interessa é o potencial de consumo da sociedade, ou seja, as atenções são voltadas para aqueles que possuem o poder de compra (elites) e pouca ou nenhuma importância é dada às reais necessidades da maior parte da população. O resultado aparece na produção de espaços ineficientes, insustentáveis e de baixa qualidade. Devemos ressaltar, no entanto, que não são apenas as estruturas urbanas que merecem ser reavaliadas, pois o próprio modo de vida urbano também é responsável por uma parcela significativa dos problemas socioambientais ora em curso.

2. A CIDADE SUSTENTÁVEL E A QUALIDADE DE VIDA URBANA

É sempre difícil pensar na sustentabilidade das relações humanas e ambientais, pois se considerado isoladamente, ou seja, extraído de seu contexto, qualquer animal vivo é insustentável. A sustentabilidade faz sentido apenas quando se considera todo o conjunto complexo onde este animal está inserido. Sendo o homem um representante do reino animal, não faz sentido falar de indivíduo sustentável a menos que se mapeie toda a sua atividade e influência no mundo. O que nos parece óbvio e inegável é que o simples fato de alguém existir já gera algum impacto ambiental e social (Rede da Sustentabilidade, [s.d.]).

As cidades possuem um papel interessante no debate sobre a relação do homem com a natureza, pois, ao mesmo tempo em que respondem por inúmeros dos danos causados ao meio ambiente, se encontram suscetíveis à introdução de ações para a amenização das consequências antrópicas. Podemos considerá-las, portanto, a fonte dos problemas e também o palco das soluções. De modo geral, as cidades são estruturadas para atender aos fins da ocupação humana e, por conta disso, precisam dar suporte aos processos do meio urbano, atender as demandas sociais e permitir e viabilizar o desenvolvimento econômico.

³ Lipovetsky (2007) relaciona o consumo à felicidade almejada por todos, indicando que a sociedade tem buscado a felicidade na materialidade. Segundo o autor, quanto mais a sociedade enriquece, maior se torna o consumo e a sua necessidade de consumir, com isso, instaura-se a mercantilização oportuna dessas necessidades e o próprio hiperconsumismo.



Reside nessa última finalidade, por sinal, um dos maiores problemas da equação, pois quando os processos do meio urbano se realizam de modo a priorizar os interesses econômicos, sobre o objetivo máximo do lucro, expõe-se à crítica a incoerente contradição existente em uma proposta de desenvolvimento ilimitado que se pauta numa fonte de recursos finitos (FRANCO, 2001). Para Lotufo (2011, p. 111), muito se fala da importância que o meio ambiente e a sociedade deveriam ter para os processos de desenvolvimento, mas o problema, no entanto, é que o modelo capitalista em vigor não tem por costume considerar os capitais humanos e naturais envolvidos nesses processos.

Muitos dos problemas que atingem as cidades e degradam a ambiência urbana, como o alto acúmulo de lixo, a grande emissão de poluentes, a degradação da vegetação e dos corpos hídricos, a falta de segurança, a distribuição iníqua de serviços e da infraestrutura e a difícil mobilidade urbana, dentre outros, estão, de algum modo, ligados à difusão do consumismo em nossas sociedades. Segundo Herzog e Rosa (2010), quando cidades se consolidam sobre esses estigmas, elas trazem, em vez de sustentabilidade, novos conflitos socioambientais.

Sustentabilidade, no entanto, é um conceito muito amplo e que ainda pode ser mais detalhado. Mesmo estando relativamente desgastado, por ter sido utilizado nas últimas décadas em associação a qualquer produto, objeto ou valor humano (dando nome até a partidos políticos!), ele é uma bandeira forte dos movimentos ecologistas e ambientalistas, que desde os anos 1970 vêm contestando de modo intrínseco as bases desse desenvolvimento predatório. Ao buscar a conscientização da sociedade sobre os impactos de suas ações no meio ambiente, ambientalistas e ecologistas estão contribuindo para que a sustentabilidade se torne um ideal mais presente e atuante na estruturação de cidades e sociedades, diminuindo o “cinza” e ressaltando o “verde” nos processos urbanos.

Mas, afinal, como podemos identificar uma cidade sustentável? Se a cidade sustentável realmente existe – ou pode vir a existir – quais são os seus princípios básicos e de que forma esses princípios podem contribuir para qualificar a vida e a ambiência urbana? Em linhas gerais, a cidade será considerada sustentável quando permitir a implantação das diretrizes do desenvolvimento sustentável, garantindo a sobrevivência da geração presente, sem comprometer a sobrevivência das futuras



gerações. Para isso, a cidade precisa se aproximar da sua autossuficiência e deve utilizar todo o aparato técnico e tecnológico disponível para se tornar mais eficiente, para reduzir seus impactos, gerar menos resíduos e interagir de modo harmônico e mais equilibrado com o meio ambiente, preservando a biodiversidade e a identidade cultural de cada local.

Segundo Herzog (2013, p. 107), o objetivo (e o principal desafio) da cidade sustentável é promover a inserção da biodiversidade na malha urbana e em todos os lugares possíveis. Para isso, deve se pautar num conhecimento científico que leva em consideração os fluxos e os processos naturais locais no planejamento urbano. Para a autora, quando as cidades conseguem preservar os seus recursos naturais e valorizar as suas áreas verdes, possibilitando uma maior integração destas com as atividades humanas, abre-se caminho para a sustentabilidade e para criação de uma ambiência mais qualificada para a vida humana.

A integração das áreas verdes com as estruturas urbanas, no entanto, para ocorrer de modo equilibrado, nos exige uma maior consideração sobre as demandas e as prioridades de cada um desses sistemas. Na cidade ecológica e sustentável, o “verde” dos recursos naturais é que deve assumir o papel de qualificar a ambiência, dando mais eficiência aos sistemas naturais das áreas urbanas e promovendo, por exemplo, o conforto térmico, a redução da poluição, a qualificação da infraestrutura e a valorização da paisagem. Ao respeitar e tirar maior proveito das particularidades territoriais e ambientais de cada local, a cidade sustentável rompe com paradigmas tradicionais do planejamento urbano e faz com os recursos naturais não sejam tão negligenciados, ignorados ou subvertidos pela malha e pelos processos urbanos.

Para Herzog (2013), a reparação dos sistemas naturais do meio urbano, que hoje encontram-se invisíveis, sobrevivendo em estado fragmentado e altamente prejudicado, poderia criar vibrantes sistemas antropogênicos capazes de orientar o desenvolvimento das cidades pelo caminho da sustentabilidade. A autora afirma que a formação de espaços multifuncionais, em contraposição à monofuncionalidade de grande parte das estruturas urbanas (como as ruas, por exemplo, que são pensadas quase sempre de modo a priorizar o fluxo de veículos), pode ser alcançada através de uma proposta de recuperação dos recursos naturais e do aprimoramento da chamada “infraestrutura verde” das cidades.



Essa “infraestrutura verde”, a que se refere a autora, corresponde à soma dos fragmentos permeáveis e vegetados das zonas urbanas, podendo incluir as ruas e também as propriedades públicas e privadas (HERZOG; ROSA, 2010, p. 97). Seu grande diferencial é a sua capacidade de integrar os sistemas naturais aos sistemas urbanos, através de redes multifuncionais e interconectadas, permitindo a criação de cidades mais ecológicas. Com isso, as cidades se tornam não só mais sustentáveis, como também mais resilientes às alterações climáticas e às consequências trazidas pelo desenvolvimento econômico.

Uma das maiores contradições na proposição de cidades sustentáveis, no entanto, é que grande parte das intervenções e das inovações propostas por elas não podem ser desassociadas do domínio capitalista e dos interesses econômicos do desenvolvimento. Como carregam uma imagem positiva, que tem a ver com uma maior consciência e uma maior responsabilidade sobre os impactos do homem no meio ambiente, elas passam a ser mais valorizadas economicamente também. Com isso, abre-se a possibilidade para que a sustentabilidade do projeto seja subvertida e o conceito passe a ser utilizado somente para favorecer o empresariamento do solo urbano e para justificar o consumo de lugar.

Quando um determinado empreendimento traz como diferencial conceitos associados à sustentabilidade, ele se torna um grande objeto de desejo (e de desejo de consumo) da sociedade. Com isso, ele passa a ser vendido como um produto ideologicamente correto, que é mais eficiente, mais durável, menos impactante, que respeita o meio ambiente e ainda é capaz de oferecer melhores condições de vida e promover o bem-estar de seus usuários. Por conta disso, os empreendimentos ditos sustentáveis assumiram uma condição de excelência no mercado imobiliário e hoje atraem cada vez mais investidores (públicos e privados), interessados em direcionar os seus produtos ao público economicamente mais qualificado para arcar com os custos (e custear os lucros) desse tipo de proposta.

O empreendimento que está sendo construído na periferia de Abu Dhabi, capital e também o maior de todos os Emirados Árabes Unidos, é um exemplo que pode nos elucidar melhor essa forma de apropriação comercial da sustentabilidade.



Projetado pelo arquiteto inglês Norman Foster⁴, o empreendimento recebeu o nome de Masdar City (Cidade Fonte, em tradução literal) e tem como ambição se tornar a primeira cidade efetivamente “verde” (ou sustentável) do mundo. Situado como uma espécie de comunidade autônoma em meio à uma paisagem desértica, o projeto foi desenvolvido para sediar um instituto de ciência e tecnologia (com o nome da cidade) e uma série de outras empresas que terão a responsabilidade de manter a economia e o atrativo social do empreendimento.

Quando estiver totalmente concluída, entre 2020 e 2025, Masdar City poderá receber cerca de 50 mil habitantes, que devem morar e também trabalhar no local. A cidade será totalmente abastecida por energia captada a partir de fontes renováveis. O consumo de água será cerca de 60% menor do que o de uma cidade equivalente tradicional, uma economia que deve ser alcançada através de procedimentos para a dessalinização da água do mar. A cidade foi concebida para ser totalmente livre das emissões de carbono (CO₂) e, por isso, terá um sistema de transportes inteiramente público, baseado em veículos sem condutores e que circulam por trilhos magnéticos. Para incentivar o hábito da caminhada e dar mais mobilidade à população, as ruas foram projetadas para serem estreitas e curtas (em média, com 3,00m x 70,00m). Uma característica que permite, ainda, a circulação e a passagem interna do ar, sem deixar de oferecer a necessária proteção solar (MASDAR CITY, 2012).

Para atrair a população e facilitar a identificação da sociedade com as novas estruturas, o projeto procura incorporar valores culturais locais à sua arquitetura. A fauna e a vegetação característica do local também foram levadas em consideração, com remanescentes compondo parte das propostas paisagísticas. Tudo em Masdar City foi concebido com a intenção de favorecer o bem-estar e a qualidade de vida da população. Um objetivo, de certo modo, facilitado pelo fato dos futuros moradores do local apresentarem níveis de rendimento muito semelhantes.

⁴ O escritório de Foster (Foster & Partners) é reconhecido pela arquitetura arrojada e pela produção de edifícios tecnológicos e ecoeficientes. Uma de suas obras mais emblemáticas é a de recuperação do Reichstag (Parlamento de Berlim, 1999), onde concilia a arquitetura do passado, a introdução de elementos estéticos contemporâneos e a máxima eficiência energética da edificação.



Masdar City está sendo vendida como uma nova “cidade-jardim”⁵, como um modelo de assentamento que pode ser infinitamente reproduzido e como um projeto capaz de provar que a cidade sustentável é uma utopia possível. No entanto, ela pode ser encarada também como mais um dos megaempreendimentos de luxo que são elaborados para os milionários dos Emirados Árabes, pois não traz políticas de integração social e está sendo construída a partir de equipamentos públicos de alta qualidade e de prédios caros e luxuosos. Como agravo, o projeto tem sido rotulado como uma brilhante estratégia de marketing do governo local, que vem tentando ofuscar os verdadeiros impactos do seu modelo de desenvolvimento econômico, que é totalmente baseado na exploração do petróleo.

Para esse tipo de empreendimento, a sustentabilidade é mais do que uma justificativa e pode trazer também uma significativa economia de capital. Em Masdar City, a maior parte dos recursos financeiros necessários para a sua execução estão vindo de empresas privadas. O governo local, que idealizou o projeto, vai dispendir apenas de um quarto do investimento total e ainda poderá recuperar grande parte desse capital ao final do processo, através da venda de créditos de carbono.

Podemos dizer enfim que, apesar dos benefícios que traz para a sociedade, a sustentabilidade também pode ser utilizada para outros fins. Para fazer com que a cidade se torne efetivamente sustentável – sem que o respeito ao meio ambiente e à vida humana impeça o sustento econômico – precisaremos rever as bases do atual modelo de desenvolvimento. Criar, isoladamente, produtos ecoeficientes ou de baixo impacto, não vai resolver de fato o problema. Para que a sustentabilidade se torne um conceito eficaz no mundo de hoje, a ecologia, a resiliência, o equilíbrio, o bem-estar, a justiça e outros termos similares, devem ser incorporados como prioridades pelas políticas que conduzem a produção e a reprodução de nossas cidades.

⁵ Howard ficou famoso ao propor, ainda no início do século XX, soluções urbanas e regionais em busca da sustentabilidade das cidades. A “cidade-jardim”, como ficou conhecida, era um modelo de assentamento com limite populacional controlado, baseado na mescla da cidade com o campo (*town & country*) e totalmente cercado por cinturões verdes que tinham a função de conter a expansão urbana e fazer a transição com as paisagens produtivas (HERZOG; ROSA, 2010, p. 96). Apesar de nunca ter sido materializada exatamente como concebida, a “cidade-jardim” acabou influenciando de modo significativo o planejamento urbano do século XX, com inúmeros reflexos inclusive no Brasil.



3. A “LENTIDÃO”, A SUSTENTABILIDADE E O BEM-ESTAR SOCIAL

O homem moderno, predominantemente urbano, nasce e se cria em ambiente artificial. Suas percepções e seus sentimentos são moldados por circunstâncias que nada se assemelham àquelas que nos deram origem e em que evoluímos. O homem moderno, e entre nós mais do que em outras partes, tornou-se incapaz de sentir profundamente o belo, não se incomoda com a feiúra, com o lixo e com a agressão à paisagem, falta-lhe ânsia de alcançar a harmonia em torno de si. Não somente o ambiente em que vivemos nos predispõe à alienação diante do mundo vivo. Toda filosofia de vida, nossa ética convencional, encontra-se em oposição fundamental às leis da vida (LUTZEMBERGER, [s.d.] apud TRIGUEIRO, 2005: p. 78).

Os efeitos negativos da urbanização e o caráter de insustentabilidade social e ambiental promovido pelo desenvolvimento econômico geraram insatisfações que, por sua vez, estão motivando grupos sociais a se organizar para debater e reavaliar as condições da vida humana nas grandes cidades e, como consequência, as bases das relações (sociais e econômicas) que mais causam danos ao meio natural. Duas dessas iniciativas, segundo Knox (2005), se destacam por propor alternativas para o desenvolvimento urbano e econômico, buscando a sustentabilidade sobre um viés diferenciado, que defende a importância de costumes, tradições e da cultura local na construção de lugares sustentáveis.

No livro *Fast Food Nation*, de Eric Schlooser (2001), por exemplo, o foco não é apenas a qualidade nutricional da alimentação produzida pelas redes de *fast food*. O que o autor debate, na verdade, é a conjuntura política e econômica que está por trás dessa indústria. A crítica do livro se direciona ao contexto que embasa o estilo de vida norte-americano e aos efeitos trazidos pela disseminação do que podemos chamar de cultura do *fast food* ou, de outro modo, do culto exagerado à prática do consumo rápido e irresponsável.

A cultura do *fast food*, para Schlooser (2001), é a expressão sociocultural do desenvolvimento industrial e econômico norte-americano. Faz parte, portanto, de um modelo que se estabeleceu às custas da superexploração da mão de obra e de um sistema de produção que é totalmente pautado na livre apropriação de recursos não renováveis, compreendendo os danos socioambientais como um efeito colateral do crescimento. Hoje, a indústria do *fast food* é um dos maiores símbolos da economia e da sociedade norte-americana, tendo alcançado esse patamar, em grande parte,



por conta das poderosas ações de marketing que acompanham a política econômica dos Estados Unidos.

Difundido globalmente, como parte de um processo de (de)formação cultural internacional, o *fast food* acabou se tornando um ícone da cultura do consumo e tem sido muito associado ao estilo de vida urbano. Nas cidades globais, a “rapidez” não está só na alimentação e envolve praticamente todas as atividades humanas, o que favorece a homogeneização cultural e a dominação econômica dessas sociedades. Para Schlooser (2001), o *fast food* assumiu o seu grau de perversidade ao atingir o âmago das culturas locais: sua comida, o quê, onde e como comer.

O movimento do Slow Food (Comida Lenta, em livre tradução), como indica o próprio nome, é uma oposição crítica aos resultados da globalização. Nasceu em 1986, na Itália, como um manifesto contra a industrialização, a economia global e o consumo desenfreado. Seu fundador, Carlo Petrini (2001, In: MAYER; KNOX, 2006), ao protestar contra a abertura de uma lanchonete McDonalds ao lado da Piazza di Spagna (Praça de Espanha), em Roma, visava proteger o “direito de provar”, dando mais valor à comida local, ao prazer de se sentar à mesa e à adoção de um ritmo de vida mais “lento”, sempre em virtude do bem-estar social.

Em 1989, o Slow Food se tornou internacional e hoje tem representação até no Brasil. O movimento luta para reduzir os impactos socioambientais da produção e, para isso, procura incentivar o crescimento das economias locais, em oposição ao global. Valoriza, portanto, o território e as práticas comunitárias, incitando o consumo de alimentos mais saudáveis, que possam ser produzidos localmente, com respeito ao meio ambiente e à vida dos animais (SLOW FOOD, 2004).

O Slow Food foi quem serviu de inspiração para o Cittaslow (movimento da Cidade Lenta) e, apesar desses dois movimentos terem objetivos diferentes, suas abordagens podem ser consideradas complementares, defendendo o convívio social harmônico e a “desaceleração” das atividades humanas como forma de promover o bem-estar. Conforme Knox (2005, p. 6), o Cittaslow foi concebido em 1999, quando Paolo Saturnini, prefeito de Greve in Chianti (pequena cidade da região da Toscana, na Itália), se reuniu com os prefeitos de outros três municípios locais (Orvieto, Bra e Positano), para definir os atributos que poderiam caracterizar a Cidade Lenta.



A maior preocupação da reunião, eram os efeitos da globalização na cultura local. Por conta disso, foram definidos princípios e diretrizes que buscavam valorizar sempre a qualidade, no lugar da quantidade. Os compromissos assumidos desde o primeiro encontro, portanto, estavam direcionados à formação de um ambiente mais calmo, menos poluído e mais ajustado às finalidades humanas de conforto e bem-estar. Para isso, as políticas precisariam dar vitalidade à economia local e incentivar a adoção de soluções administrativas que valorizem a vida. Para Knox (2005, p. 6), o Cittaslow é um movimento que defende a boa comida, a construção de ambientes saudáveis, a sustentabilidade econômica e a sazonalidade e o ritmo tradicional da vida em pequenas comunidades.

De fato, ao apresentar alternativas para o desenvolvimento local, a Cidade Lenta se torna mais sensível e mais receptiva às metas econômicas, ambientais e sociais do desenvolvimento sustentável. Com isso, o movimento se ajusta à lógica do sistema econômico dominante, assumindo seu caráter de realidade, e não perde os seus diferenciais, pois pode seguir promovendo a sustentabilidade e valorizando a cultura e a equidade social de comunidades locais (CITTASLOW, 2011).

Hoje, o Cittaslow é uma organização não governamental, com atuação em países da Europa, América e Ásia. Sua filosofia constituiu um estatuto próprio, com práticas e políticas a serem implementadas – e constantemente aprimoradas – pelas cidades que desejam se tornar “lentas”. Totalmente voltado para a escala municipal, o movimento se restringe aos municípios com menos de 50 mil habitantes. Para seu fundador, Paolo Saturnini (In: RUSCHEL, 2012), cidades pequenas estão mais aptas a proporcionar o estilo de vida promovido pelo movimento, pois necessitam apenas preservar (paisagens, espaços, costumes e etc.) para manter a qualidade, enquanto que cidades grandes, por estarem em um estágio de desenvolvimento urbano mais avançado e possuírem “mais de uma alma”, precisariam revolucionar para promover a qualidade.

Em sua essência, o movimento da Cidade Lenta valoriza o protagonismo comunitário, a agricultura orgânica, a pureza da matéria-prima e a fruição da vida em um ambiente saudável, coibindo o avanço da globalização e a padronização cultural. A Cidade Lenta, portanto, não ignora as tecnologias ecoeficientes, mas procura ir além do que elas podem oferecer, destacando a importância da diversidade cultural



e ambiental na construção de ambientes sustentáveis e mais direcionados ao bem-estar. Com isso, a Cidade Lenta garante a sobrevivência das futuras gerações e, ao mesmo tempo, nos oferece um lugar com mais qualidade de vida, onde é possível viver e não apenas sobreviver.

4. AS CIDADES DO FUTURO E OS PARADIGMAS DO SÉCULO XXI

Encontramo-nos num momento histórico onde a definição de riqueza passa por uma grande transformação. Até então acreditávamos que as sociedades prosperavam pelo capital criado pelo homem, agora sabemos que o capital natural, recurso cada vez mais escasso, é fundamental. O sistema industrial transforma o capital natural naquilo que consiste a base material de nossa vida cotidiana. Então se torna necessário reconhecer a interdependência entre a produção por um lado e o fornecimento de capital natural, por outro. O uso do capital humano carece também de uma consideração mais séria. Sem a provisão de uma vida digna, de bem estar social, cultura, saúde e educação estaremos erodindo nossos recursos humanos e destruindo as bases de um desenvolvimento sustentável (LOTUFO, 2011, p. 111).

Para Herzog (2013), esse mundo que se urbaniza só poderá ser sustentável se pudermos assegurar a integridade dos ecossistemas naturais e garantir a oferta de serviços ecossistêmicos, distribuindo de modo equitativo os benefícios diretos e indiretos oriundos desses ecossistemas. Com o aumento das cidades, há uma perda significativa de áreas verdes e recursos naturais em zonas urbanas, o que agrava ainda mais os seus problemas socioambientais. Por outro lado, quando os sistemas naturais são devidamente resguardados – interagindo com os sistemas urbanos em redes integradas e multifuncionais – temos, além de sustentabilidade, zonas urbanas mais capacitadas a oferecer qualidade de vida para a população.

O desafio, no entanto, é encontrar as formas mais adequadas de promover os serviços ecossistêmicos em zonas urbanas, aproximando a sociedade do mundo natural, para favorecer o bem-estar social. Para transformar sem ter que radicalizar, ou seja, para intervir nas estruturas urbanas sem gerar custos e danos excessivos, deve-se direcionar esforços para a máxima recuperação dos sistemas naturais em zonas urbanas, priorizando, sempre, as soluções mais resilientes.

O movimento da “cidade lenta” nos demonstra ainda que, para criar cidades sustentáveis, é preciso considerar também os modos de vida sustentáveis. Para que



esses modos de vida se tornem sustentáveis, o espaço urbano deve ser capaz de facilitar as rotinas e as experiências sociais, considerando (além do respeito ao meio ambiente) o bem-estar, a justiça social e a identidade cultural. Enquanto a cidade sustentável busca promover a qualidade de vida a partir da sua sustentabilidade, a “cidade lenta” busca ser sustentável através da valorização da vida. Para alcançar a sustentabilidade e o bem-estar social, portanto, em um lugar com valor real (e não apenas econômico), que tenha sentido e significado, será preciso conciliar melhor a sustentabilidade dos produtos humanos, com a livre manifestação das diferenças socioculturais. Da união entre práticas sustentáveis e lugares voltados para o bem-estar é que deveria surgir o modelo de cidade a ser deixado de legado para o futuro.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. Cidade – Espaço Público? A economia política do consumismo nas e das cidades. **Revista UFMG**. Belo Horizonte, p. 234-247, Jan./Jun. 2013.

CITTASLOW (2011). **About Cittaslow Organization**. Disponível em: <<http://www.cittaslow.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento Ambiental para a cidade sustentável**. 2ª. Ed. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2001.

HERZOG, Cecília Polacow. **Cidades para Todos: (re)aprendendo a conviver com a Natureza**. São Paulo: Editora Mauad, 2013. 311 p.

HERZOG, Cecília Polacow; ROSA, Lourdes Zunino. Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e Resiliência para a Paisagem Urbana. **Revista LABVERDE**, v. 1, p. 1-24, 2010.

KNOX, Paul L. Creating Ordinary Places: Slow Cities in a Fast World. **Journal of Urban Design**, Vol. 10. No. 1, p. 1–11, 2005.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo**. São Paulo: Cia. das Letras, 2007.

LOTUFO, José Otávio. Oikos Reintegrando natureza e civilização. **Revista LABVERDE**, v. 02, p. 107-127, 2011.

MASDAR CITY (2012). **What is Masdar City?** Disponível em: <<http://www.masdarcity.ae>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

MAYER, Heike; KNOX, Paul L. Slow Cities: Sustainable Places in a Fast World. **Journal of Urban Affairs**, Vol. 28, No. 4, p. 321–334, 2006.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998, p.11.



REDE DA SUSTENTABILIDADE (2007). **Sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.sustentabilidade.org.br>>. Acesso em: Maio 2007.

RUSCHEL, Rogério (2012). **Cittaslow: a revolução urbana que respeita a alma**. Envolverde: Jornalismo e Sustentabilidade. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/economia/entrevista-economia/cittaslow-a-revolucao-urbana-que-respeita-a-alma/>>. Acesso em: 10 abr. 2014.

SCHLOSSER, Eric. **Fast Food Nation**. Penguin Books, 2001.

SLOW FOOD (2004). **All about slow food**. Disponível em: <<http://www.slowfood.com/>>. Acesso em: 20 maio 2014.

TRIGUEIRO, André. **Mundo Sustentável: abrindo espaço na mídia para um planeta em transformação**. São Paulo: Globo, 2005.